

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das 40 (quarenta) questões objetivas divididas nas seguintes sessões:

Língua Portuguesa		Conhecimentos de Informática		Conhecimentos Específicos	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 14	2	15 a 20	2	21 a 40	3

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal ao término da prova.

02- **É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DO NÚMERO DO CADERNO DE PROVA NO CARTÃO RESPOSTA.** Caso não sejam compatíveis, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03- Verifique se este material está em ordem (tais como se a sequência de páginas está correta e se o número de questões confere com o quadro da alínea "a" do item 1) e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

04- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

05- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não a **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior – **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06- Na Prova Objetiva, as questões são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.

07- Na Folha de Respostas, as mesmas estão identificadas pelo mesmo número e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.

08- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma, de mais de uma alternativa ou da rasura de qualquer natureza (borracha, corretivo, etc) anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA**.

09- Na **Folha de Respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TODO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos "espaços em branco" possível dentro do retângulo, sem invadir os limites dos retângulos ao lado.

10- Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos na folha de respostas da prova objetiva, conforme previsto na alínea "d" do item 9.18 do edital. Ao candidato somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva ao final do horário previsto para o término da prova, conforme previsto na alínea "c" do item 9.18 do edital.

11- **SERÁ ELIMINADO** do Concurso o candidato que:

a) Se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões e/ou a Folha de Resposta**.

12- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO CONSIDERADOS**.

13- Quando terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões da Prova Objetiva, a Folha de Respostas da Prova Objetiva, conforme disposto na alínea "e" do item 9.18 do edital, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

**"Não tenhamos pressa. Mas não percamos tempo."
(José Saramago)**

♦ Língua Portuguesa ♦

Instruções: Para responder às questões 1 a 5, considere os seguintes parágrafos, que iniciam o livro “O Ócio Criativo”, de Domenico de Masi:

Eu me limito a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas era dedicada ao trabalho, estamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo será, e em parte já é, dedicada a outra coisa. Esta é uma observação empírica, como a que foi feita pelo sociólogo americano Daniel Bell quando, em 1956, nos Estados Unidos, ao constatar que o número de “colarinhos brancos” ultrapassava o de operários, advertiu: “Que poder operário que nada! A sociedade caminha em direção à predominância do setor de serviços.” Aquela ultrapassagem foi registrada por Bell. Ele não a adivinhou ou profetizou. Da mesma maneira, eu me limito a registrar que estamos caminhando em direção a uma sociedade fundada não mais no trabalho, mas no tempo vago.

Além disso, sempre com base nas estatísticas, constato que, tanto no tempo em que se trabalha quanto no tempo vago, nós, seres humanos, fazemos hoje sempre menos coisas com as mãos e sempre mais coisas com o cérebro, ao contrário do que acontecia até agora, por milhões de anos.

Questão 01

Para concatenar suas ideias, ao autor iniciou o segundo parágrafo com a locução “além disso”. Essa expressão poderia ser substituída, sem prejuízo para o texto, por

- A) Em contrapartida.
- B) Ademais.
- C) Por outro lado.
- D) Por conseguinte.
- E) Não obstante

Questão 02

As frases de Daniel Bell foram transcritas entre aspas e precedidas do verbo “advertir” e do sinal de dois pontos. Chama-se a esse recurso “discurso direto”. Na transposição para o discurso indireto, algumas adaptações precisam ser feitas. Nesse caso, como a primeira frase a ser transcrita (“Que poder operário que nada!”) é exclamativa, a melhor solução é fazer uma paráfrase, como na seguinte alternativa:

- A) Daniel Bell advertiu que falar em poder operário era uma coisa superada.
- B) Daniel Bell advertiu que o poder operário era uma criação da sociedade.
- C) Daniel Bell advertiu que não gostava muito de falar de poder operário.
- D) Daniel Bell advertiu que o poder operário vivia uma crise de consumo.
- E) Daniel Bell advertiu que nunca houve um poder operário de fato.

Questão 03

Ao repetir que se baseia em estatísticas, De Masi emprega um recurso argumentativo que tem por finalidade

- A) validar o conteúdo opinativo e subjetivo de suas afirmações.
- B) caracterizar o valor dos números e índices na sociedade moderna.
- C) destacar a impessoalidade de suas previsões e vaticínios.
- D) enfatizar a necessidade de todos se preocuparem com a realidade.
- E) convencer o leitor de que nem todas as estatísticas são negativas.

Questão 04

O acento indicativo de crase empregado em “A sociedade caminha em direção à predominância do setor de serviços” está corretamente mantido na seguinte reescritura do trecho:

- A) Caminhamos em direção à uma vida ociosa e criativa.
- B) Caminhamos buscando à predominância do ócio criativo.
- C) Caminhamos objetivando à criatividade e à vida ociosa.
- D) Caminhamos em direção à criatividade e à suas benesses.
- E) Caminhamos em direção à ociosidade e à criatividade.

Questão 05

Observe o período inicial do texto: “Eu me limito a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas era dedicada ao trabalho, estamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo será, e em parte já é, dedicada a outra coisa.”

Reescrevendo-o de modo a alterar o tempo presente do enunciado, como se as considerações de De Masi dissessem respeito a uma época passada, o resultado que mantém coerência com o trecho original está transcrito na seguinte alternativa:

- A) Eu me limitava a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partíamos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas era dedicada ao trabalho, estávamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo seria, e em parte já era, dedicada a outra coisa.
- B) Eu me limitei a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas estava dedicada ao trabalho, estaríamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo era, e em parte já havia sido, dedicada a outra coisa.
- C) Eu me limitara a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partíamos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas fora dedicada ao trabalho, estivéramos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo fora, e em parte já houvera sido, dedicada a outra coisa.
- D) Eu me limitaria a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partiríamos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas seria dedicada ao trabalho, estaríamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo seria, e em parte já teria sido, dedicada a outra coisa.
- E) Eu, se me limitasse a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas fosse dedicada ao trabalho, estaríamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo seria, e em parte já havia sido, dedicada a outra coisa.

Instruções: Para responder às questões 6 a 10, considere o poema “Vaidade”, de Florbela Espanca:

Sonho que sou a Poetisa eleita,
Aquele que diz tudo e tudo sabe,
Que tem a inspiração pura e perfeita,
Que reúne num verso a imensidade!

Sonho que um verso meu tem claridade
Para encher todo o mundo! E que deleita
Mesmo aqueles que morrem de saudade!
Mesmo os de alma profunda e insatisfeita!

Sonho que sou Alguém cá neste mundo...
Aquele de saber vasto e profundo,
Aos pés de quem a terra anda curvada!

E quando mais no céu eu vou sonhando,
E quando mais no alto ando voando,
Acordo do meu sonho...

E não sou nada!...

Questão 06

No primeiro verso do poema, encontramos o eu poético feminino afirmando seu sonho de ser “a Poetisa eleita”. Outro de seus sonhos é que

- A) sua inspiração lhe diga tudo o que sabe.
- B) seus versos encham todo o mundo.
- C) a terra ande curvada aos seus pés.
- D) a imensidade lhe seja pura e perfeita.
- E) a claridade de seus versos deleite os mortos.

Questão 07

Na primeira estrofe do poema há seis verbos, todos empregados no presente do indicativo. Qual a única afirmação correta a respeito desses verbos?

- A) Todos eles são irregulares ou anômalos.
- B) Apenas um deles pertence à terceira conjugação.
- C) Todos indicam uma projeção para o futuro.
- D) Nenhum deles pertence à primeira conjugação.
- E) Todos eles representam uma verdade permanente.

Questão 08

Sobre as rimas que ocorrem nas duas primeiras estrofes do poema, é correto afirmar que elas são feitas

- A) entre verbos no gerúndio e substantivos concretos.
- B) em posição interna e externa nos oito versos.
- C) com palavras paroxítonas terminadas em vogal átona.
- D) sem simetria apenas na primeira estrofe.
- E) de modo aleatório, com pouca regularidade.

Questão 09

O último terceto do poema mostra uma repetição de estruturas sintáticas que

- A) constroem uma gradação necessária para que se desfaça a atmosfera de sonho e o eu poético possa afirmar sua fragilidade.
- B) reforçam a ideia de distanciamento do sonho diante da realidade, mas sustentam a valorização do eu poético.
- C) atuam expressivamente para negar a inadequação do eu poético diante da atmosfera de sonho de sua realidade.
- D) valorizam o aspecto atemporal do sonho sem comprometer a observação concreta da instabilidade do eu poético.
- E) enfatizam o idealismo utópico do eu poético em suas reflexões sobre o desejo de sonhar e o sonho de desejar.

Questão 10

São palavras formadas pelo mesmo processo morfológico:

- A) imensidade – insatisfeita – curvada.
- B) perfeita – saudade – deleita.
- C) voando – profundo – sonhando.
- D) encher – morrem – acordo.
- E) poetisa – inspiração – claridade.

Questão 11

Qual dos provérbios abaixo está acompanhado da correta identificação de dígrafos e encontros consonantais?

- A) Quem semeia vento colhe tempestade – quatro dígrafos e dois encontros consonantais.
- B) Mais vale um pássaro na mão do que dois voando – quatro dígrafos e nenhum encontro consonantal.
- C) Em terra de sapo, mosquito não dá rasante – três dígrafos e dois encontros consonantais.
- D) Farinha pouca, meu pirão primeiro – dois dígrafos e um encontro consonantal.
- E) Quanto mais eu rezo, mais assombração me aparece – quatro dígrafos e dois encontros consonantais.

Questão 12



A charge “Inclusão Digital” procura alcançar um efeito de humor colocando em destaque

- A) a homonímia entre palavras ambíguas.
- B) os desvios ortográficos do enunciado.
- C) a adaptação dos estrangeirismos.
- D) a oposição semântica de duas preposições.
- E) a religiosidade e o tecnicismo.

Questão 13

A chamada publicitária estampada num jornal dizia:

VAI FICAR SÓ OLHANDO?
APROVEITE LOGO ESTAS OFERTAS!

Os verbos que iniciam as duas frases

- A) destoam na flexão, pois apenas o verbo aproveitar está na terceira do singular.
- B) destoam na flexão, pois apenas o verbo aproveitar está na segunda do singular.
- C) estão conjugados no imperativo e se dirigem ao interlocutor da mensagem.
- D) estão flexionados corretamente na segunda pessoa do singular.
- E) estão flexionados corretamente na terceira pessoa do singular.

Questão 14

Duas placas colocadas na entrada de uma galeria oferecem empregos. Elas dizem:

**PRECISAM-SE DE
COSTUREIRAS**

**CONTRATAM-SE
COZINHEIROS**

Levando em conta o que é recomendado pelo uso prestigiado na linguagem padrão, podemos afirmar que

- A) apenas a primeira frase está correta, pois o verbo “precisar” tem sujeito indeterminado.
- B) as duas frases estão corretas, já que ambas têm sujeito indeterminado e pronome reflexivo.
- C) apenas a segunda frase está correta, pois o verbo “contratar” concorda com o sujeito “cozinheiros”.
- D) as duas frases estão incorretas, pois a indeterminação deixa o verbo na terceira pessoa do singular.
- E) as duas frases estão incorretas, pois a indeterminação deixa o verbo na terceira pessoa do plural.

◆ **Conhecimentos de Informática** ◆Questão 15

No sistema operacional Microsoft Windows, qual o efeito da combinação de teclas Ctrl+Z , isto é, pressionar a tecla Ctrl juntamente com a tecla Z?

- A) Abrir.
- B) Copiar.
- C) Recortar.
- D) Desfazer.
- E) Fechar.

Questão 16

Ao salvar um arquivo no processador de texto BROffice Writer, qual alternativa representa um formato (extensão de arquivo) que NÃO É SUPORTADO pelo programa?

- A) .doc
- B) .zip
- C) .rtf
- D) .txt
- E) .xml

Questão 17

Ao formatar um parágrafo usando o processador de texto Microsoft Word, como fica o texto com alinhamento justificado?

- A) Alinhado, em relação às margens direita e esquerda.
- B) Centralizado, em relação às margens direita e esquerda.
- C) Alinhado, em relação à margem esquerda, e desalinhado em relação à margem direita.
- D) Alinhado, em relação à margem direita, e desalinhado, em relação à margem esquerda.
- E) Desalinhado, em relação às margens direita e esquerda.

Questão 18

Seja uma planilha eletrônica, como por exemplo Microsoft Excel ou BROffice Calc, com as células contendo, respectivamente, os seguintes valores numéricos: A1=1, A2=2, A3=3, B1=4, B2=5, B3=6. Que valor seria calculado na célula A4 se ela contivesse a fórmula =SOMA(A1:B2)-SOMA(A3-B3)?

- A) 21.
- B) 3.
- C) 15.
- D) 9.
- E) -3.

Questão 19

Programas de correio eletrônico, como o Microsoft Outlook ou Mozilla Thunderbird, utilizam protocolos de comunicação. Dentre esses, o protocolo SMTP é utilizado para

- A) envio de mensagens.
- B) recebimento de mensagens.
- C) filtro de mensagens indesejadas (SPAM).
- D) transferência de arquivos.
- E) armazenamento de endereços eletrônicos.

Questão 20

Nos programas de navegação na Internet, como o Microsoft Internet Explorer ou Mozilla Firefox, que tecla, quando pressionada, tem o efeito de parar o carregamento de uma página?

- A) Enter.
- B) F4.
- C) End.
- D) Delete.
- E) Esc.

◆ Conhecimentos Específicos ◆Questão 21

A empresa responsável pela segurança do aeroporto de São José dos Campos, através de sua administração, pretende contratar empregado, do sexo feminino, para trabalhar no setor de segurança e revista de passageiros, com a incumbência de proceder a revista em passageiros do sexo feminino, tendo, para tanto, colocado anúncio em jornal de grande circulação. O sindicato dos empregados em segurança representa, junto ao Ministério Público do Trabalho, sustentando existir discriminação ao se especificar o sexo do empregado a ser contratado. Com relação aos fatos narrados é correto afirmar que a contratação

- A) é válida, haja vista que a referência ao sexo é notoriamente determinante para a seleção do empregado.
- B) é inválida, haja vista que a legislação veda qualquer referência ao sexo para fins de contratação
- C) é válida, desde que autorizada pelo Ministério Público do Trabalho, que se certificará da existência da especificação anunciada.
- D) é inválida, haja vista o princípio constitucional de igualdade entre os sexos, não havendo justificativa fática que autorize a discriminação anunciada.
- E) é válida, desde que autorizada pelo Ministério do Trabalho, haja vista que a referência ao sexo é notoriamente determinante para a seleção do empregado.

Questão 22

Antônio Ruas Silva, faxineiro do condomínio do edifício Neves da Montanha, tem jornada de trabalho durante 5 dias da semana, com início às 07:00 horas e término às 18:00 horas, com intervalo das 10:00 até as 14:00 horas, não constando acordo escrito de prorrogação. Em relação ao fato narrado, é correto afirmar, acerca do período de descanso do empregado em comento, que a concessão do intervalo

- A) no período mencionado, pode ser superior a 2 (duas) horas, em face de acordo tácito firmado entre as partes.
- B) para repouso ou alimentação não poderá exceder de 2 (duas) horas, independentemente de acordo escrito ou contrato coletivo.
- C) para repouso ou alimentação não poderá exceder de 4 (quatro) horas, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário.
- D) para repouso ou alimentação não poderá exceder de 2 (duas) horas, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário.
- E) para repouso ou alimentação poderá ser fixado por qualquer período, respeitado o limite mínimo de 1 (uma) hora, salvo acordo escrito firmado entre as partes em contrário.

Questão 23

Com relação à duração do trabalho é correto afirmar que

- A) não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de quinze minutos diários.
- B) se considera trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.
- C) os empregados sob o regime de tempo parcial poderão prestar horas extras.
- D) poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de doze horas diárias.
- E) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, será computado na jornada de trabalho.

Questão 24

Com relação ao trabalho do menor é correto afirmar que

- A) é vedado ao menor de 18 (dezoito) anos o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 23 (vinte e três) e as 5 (cinco) horas.
- B) a menores de quatorze anos de idade é proibido qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.
- C) ao menor será permitido o trabalho nos locais e serviços perigosos ou insalubres
- D) o trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros não dependerá de prévia autorização do juiz de menores, ao qual, entretanto, cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral.
- E) é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Questão 25

Pedro Ameryco firma contrato de trabalho, com prazo determinado, com Indústrias Guyana Ltda., para o desenvolvimento de projeto de automação, com início em 01/02/2008 e término em 31/01/2010, percebendo, para tanto, salário equivalente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). No referido contrato, não constava cláusula asseguratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado. Em 01/06/2009, por ter recebido convite para trabalhar na Indústrias Montreal Ltda., com um salário mensal no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pede Pedro Ameryco o seu desligamento. Indústrias Guyana, em face do contido na Consolidação das Leis do Trabalho ajuíza ação para a cobrança de indenização, conforme autoriza a Consolidação das Leis do Trabalho, pela interrupção prematura do contrato de trabalho, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Em função dos fatos narrados, é correto afirmar que, havendo termo estipulado, o empregado

- A) não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem e devem portanto ser comprovados, limitando-se este valor aquele a que teria direito o empregado em idênticas condições.
- B) não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem e devem portanto ser comprovados, apurando-se o montante, para fins de cobrança, em ação judicial respectiva, sem que haja limitação quanto ao valor a ser apurado.
- C) não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a pagar ao empregador, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito perceber até o termo do contrato
- D) somente poderá se desligar do contrato, sem justa causa, se renunciar aos valores há que ainda faria jus, a título de indenização ao empregador, independentemente de eventual dano causado.
- E) somente poderá se desligar do contrato, sem justa causa, se diligenciar para a sua substituição, situação em que estará isento do pagamento de qualquer indenização por eventual dano causado.

Questão 26

A Lei de Inovação (Lei nº 10973/2004) estabelece uma série de definições relativos ao processo inovador, sendo correto afirmar que

- A) Criação: invenção, descoberta, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada e qualquer outro desenvolvimento tecnológico que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental, obtida por um ou mais criadores.
- B) Agência de Fomento: órgão ou instituição de natureza exclusivamente pública que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação.
- C) Criador: pesquisador que seja inventor, descobridor, obtentor ou autor de criação.
- D) Instituição Científica e Tecnológica - ICT: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.
- E) Núcleo de Inovação Tecnológica: instituições criadas sob o amparo de lei, com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

Questão 27

Péricles Gones, empregado da Indústria Metalúrgica Suriname, desde 25/04/1969, época em que optou pelo fundo de garantia por tempo de serviço, requer sua aposentadoria voluntária, em 25/04/2004, permanecendo no emprego. Em 25/05/2008, foi o mesmo dispensado, sem justa causa, pela Indústria Metalúrgica Suriname, sendo que a mesma somente efetuou o pagamento de multa, incidente sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, em relação ao período entre 25/04/2004 e 25/05/2008, por entender que, com a aposentadoria voluntária, havia sido extinto o contrato de trabalho. Em relação aos fatos narrados é correto afirmar que a aposentadoria

- A) espontânea é causa de extinção do contrato de trabalho, mesmo que o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação. Assim, por ocasião da sua dispensa imotivada, o empregado não tem direito à multa do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados no curso do pacto laboral.
- B) espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação. Entretanto, por ocasião da sua dispensa imotivada, o empregado não tem direito à multa do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados no curso do pacto laboral.
- C) espontânea é causa de extinção do contrato de trabalho, mesmo que o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação. Assim, por ocasião da sua dispensa imotivada, o empregado tem direito à multa do FGTS sobre o período anterior a concessão de sua aposentadoria voluntária.
- D) voluntária, sem a comunicação ao empregador, permanecendo o empregado prestando serviços é causa ensejadora de demissão, por justa causa, do mesmo, haja vista estar configurada a improbidade, uma vez que o empregado passa a perceber vencimentos de duas fontes e ainda enseja em prejuízo para o empregador, na medida em que este permanece obrigado em relação a previdência social, pelo fato de o empregador permanecer laborando.
- E) espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação. Assim, por ocasião da sua dispensa imotivada, o empregado tem direito à multa do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados no curso do pacto laboral.

Questão 28

Marcos Peixoto Gandino, inventor independente, deposita junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, patente relativa a processo tecnológico, dotado dos requisitos estipulados em lei. Com base na comprovação do depósito desta patente, dirige-se a uma Instituição Científica e Tecnológica – ICT, solicitando a adoção de sua criação, entendendo ser este pleito passível de ser aceito, nos termos da Lei de Inovação (Lei nº 10973/2004). Com relação ao fato narrado é correto afirmar o que segue:

- A) ao inventor independente que comprove depósito de pedido de patente é facultado solicitar a adoção de sua criação ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que decidirá livremente quanto à conveniência e oportunidade da solicitação, para posterior encaminhamento a uma Instituição Científica e Tecnológica, visando à elaboração de projeto voltado a sua avaliação para futuro desenvolvimento, incubação, utilização e industrialização pelo setor público.
- B) ao inventor independente é vedado, enquanto não comprove o deferimento do pedido de patente se dirigir a uma Instituição Científica e Tecnológica, sendo que esta, após examinar a documentação decidirá livremente quanto à conveniência e oportunidade da solicitação, visando à elaboração de projeto voltado a sua avaliação para futuro desenvolvimento, incubação, utilização e industrialização pelo setor público.
- C) ao inventor independente é vedado solicitar a adoção de sua criação por Instituição Científica e Tecnológica, cabendo este ser encaminhado, através do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ), ao Ministério da Ciência e Tecnologia que, em face do parecer do CNPQ, poderá instituir uma Instituição Científica e Tecnológica, no âmbito do Ministério, com os fins de licenciar o processo inovador, vedada o desenvolvimento pelo ente público.
- D) ao inventor independente que comprove concessão de patente é facultado solicitar a adoção de sua criação por Instituição Científica e Tecnológica, que decidirá livremente quanto à conveniência e oportunidade da solicitação, visando à elaboração de projeto voltado a sua avaliação para futuro desenvolvimento, incubação, utilização e industrialização pelo setor produtivo.
- E) ao inventor independente que comprove depósito de pedido de patente é facultado solicitar a adoção de sua criação por Instituição Científica e Tecnológica, que decidirá livremente quanto à conveniência e oportunidade da solicitação, visando à elaboração de projeto voltado a sua avaliação para futuro desenvolvimento, incubação, utilização e industrialização pelo setor produtivo.

Questão 29

Mariano Peixe, Maria Elizabeth Peixe e Erika Martinez Peixe resolvem constituir uma sociedade empresária, sob a forma de sociedade por ações, constituída por subscrição particular, em face do contido em ata de assembleia geral, da qual participaram os 3 acionistas fundadores. Na referida assembleia geral, foi aprovado o estatuto, sendo determinado seu arquivamento perante a Junta Comercial. A Junta Comercial, ao examinar o referido estatuto, tem por bem não arquivar o referido documento, com o conseqüente indeferimento do requerimento, por entender que não houve o encaminhamento do texto estatutário para a comissão de valores mobiliários para fins de aprovação, bem como a inexistência de escritura pública de constituição da sociedade empresária conforme determina a Lei nº 6404/76. Com base nos fatos narrados é correto afirmar o que segue:

- A) a constituição de companhia por subscrição particular depende do prévio registro da emissão na comissão de valores mobiliários, e a constituição far-se-á através de deliberação de assembleia geral e escritura pública.
- B) na constituição de sociedade por ações, por subscrição particular, não há a necessidade de prévia aprovação do estatuto pela comissão de valores mobiliários, podendo sua constituição ser por deliberação através de assembleia geral e escritura pública
- C) na constituição de sociedade por ações, por subscrição particular, não há a necessidade de prévia aprovação do estatuto pela comissão de valores mobiliários, podendo sua constituição ser por deliberação através de assembleia geral ou escritura pública.
- D) A Junta Comercial não poderia ter indeferido o requerimento, sem antes ter oportunizada a remessa da proposta de estatuto da sociedade por ações para a comissão de valores mobiliários, bem como a elaboração da escritura pública referente a ata da assembleia geral de instituição.
- E) A Junta Comercial acertou ao indeferir o requerimento, porém o fundamento deste ato está incorreto, uma vez que o encaminhamento, para fins de aprovação do estatuto pela comissão de valores mobiliários, se dá, no caso de constituição por subscrição particular, após o arquivamento, sendo entretanto obrigatória a aprovação através de assembleia geral e a apresentação do ato de constituição em escritura pública.

Questão 30

Em 1999, foi constituída a Aracarju Industriais S/A, tendo a mesma ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo (Bovespa). O seu capital social é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sendo ele dividido em ações preferenciais, sem direito a voto, e ordinárias, sendo que as primeiras constituem 2/3 do total das ações emitidas e as ações ordinárias constituíam 1/3 do total das ações. Em função das alterações introduzidas pela Lei nº 10303/2001, foi convocada assembleia geral extraordinária, que aprovou o aumento do capital social para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), através da emissão de novas ações preferenciais, sem direito a voto, e ordinárias, mantendo-se a proporção anteriormente existente. Com relação aos fatos narrados, é correto afirmar que

- A) a manutenção da proporção está correta, por se tratar de sociedade por ações constituída em momento anterior a Lei nº 10303/2001, uma vez que mantida a podiam ser emitidas ações preferenciais até a proporção de 2/3.
- B) a adoção do princípio da paridade, estabelecida pela Lei nº 10303/2001, se tornou obrigatória para todas as sociedades por ações.
- C) a adoção do princípio da paridade, estabelecida pela Lei nº 10303/2001, se tornou obrigatória para todas as sociedades por ações, que houveram por bem em aumentar o seu capital social.
- D) a proporção está incorreta, uma vez que o número de ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições no exercício desse direito, não pode ultrapassar 1/3 (um terço) do total das ações emitidas.
- E) a manutenção da proporção está correta, por se tratar de sociedade por ações constituída em momento anterior a Lei nº 10303/2001 e para a adaptação ao preceito de paridade de ações foi fixado prazo de 10 (dez) anos.

Questão 31

Com relação ao “quorum” necessário para a aprovação de fusão de sociedade por ações, com ações negociadas em bolsa de valores, é correto afirmar que é necessária a aprovação

- A) de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações para deliberação sobre fusão da companhia.
- B) de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto para deliberação sobre fusão da companhia.
- C) de acionistas que representem 2/3, no mínimo, das ações com direito a voto para deliberação sobre fusão da companhia.
- D) de acionistas que representem 2/3, no mínimo, das ações para deliberação sobre fusão da companhia.
- E) da totalidade dos acionistas, com direito a voto para deliberação sobre fusão da companhia

Questão 32

Com relação a sociedades por economia mista, é correto afirmar que

- A) as companhias abertas e fechadas de economia mista estão também sujeitas às normas expedidas pela comissão de valores mobiliários.
- B) a companhia de economia mista somente poderá explorar os empreendimentos ou exercer as atividades aprovadas em assembléia geral de acionistas.
- C) as companhias de economia mista poderão constituir conselho de administração, assegurado à minoria o direito de eleger um dos conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.
- D) a constituição de companhia de economia mista depende de prévia autorização legislativa.
- E) a constituição de companhia de economia mista não depende de prévia autorização legislativa.

Questão 33

Com relação à divisibilidade em relação à companhia da ação, nos termos como definido pela Lei nº 6404/76, é correto afirmar o que segue:

- A) a ação é divisível em relação à companhia.
- B) a ação é indivisível em relação à companhia, salvo deliberação em assembléia geral.
- C) em caso de sucessão *causa mortis* é permitido dividir a ação em títulos correspondentes a cotas-partes.
- D) em caso de alienação da ação a um condomínio de pessoas, é possível a sua divisão em títulos correspondentes a cotas partes.
- E) a ação é indivisível em relação à companhia.

Questão 34

Com relação à sociedade por comandita por ações, na forma da Lei nº 6404/76, é correto afirmar o que segue:

- A) nas sociedades em comandita por ações, o capital é dividido em ações, respondendo os acionistas e os diretores solidários e ilimitados pelas obrigações sociais.
- B) a assembléia-geral pode, sem o consentimento dos diretores ou gerentes, mudar o objeto essencial da sociedade, prorrogar-lhe o prazo de duração, aumentar ou diminuir o capital social, emitir debêntures ou criar partes beneficiárias nem aprovar a participação em grupo de sociedade.
- C) nas sociedades em comandita por ações, o capital é dividido em ações, respondendo os acionistas apenas pelo preço das ações subscritas ou adquiridas, assumindo os diretores responsabilidade solidária e ilimitada pelas obrigações sociais.
- D) aplica-se à sociedade em comandita por ações o disposto na Lei nº 6404/76 sobre conselho de administração, autorização estatutária de aumento de capital e emissão de bônus de subscrição.
- E) o diretor ou gerente da sociedade por comandita por ações que for destituído ou se exonerar não continuará responsável pelas obrigações sociais contraídas sob sua administração.

Questão 35

Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais. Assim sobre jurisdição é correto afirmar que a jurisdição

- A) civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes, em todo o território nacional.
- B) civil é contenciosa e involuntária e é exercida pelos juízes, em todo o território nacional.
- C) civil é voluntária, exercida pelos juízes de paz, em todo o território nacional e internacional.
- D) militar, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes estaduais, em todo o território nacional.
- E) civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes, em todo o território nacional e internacional.

Questão 36

Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei. Por isso, para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade. Assim, sobre ação é incorreto afirmar que

- A) o interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica.
- B) o interesse do autor pode limitar-se à declaração da autenticidade ou falsidade de documento.
- C) não se admite a ação declaratória, quando tenha ocorrido violação de direitos.
- D) é admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- E) se, no curso do processo, se tornar litigiosa relação jurídica de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide, qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por sentença.

Questão 37

Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial. Sobre os atos processuais, é correto afirmar que

- A) todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, exceto as intimações.
- B) os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.
- C) o direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e a seus procuradores. O terceiro, entretanto, não poderá requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e partilha resultante do desquite senão munido de procuração de uma das partes.
- D) em todos os atos e termos do processo não se faz necessário o uso do vernáculo.
- E) só poderá ser junto aos autos documento redigido em língua estrangeira, quando acompanhado de versão em vernáculo, firmada por tradutor concursado.

Questão 38

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração. Como critério de desempate entre licitantes, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços, conforme a Lei 8666/93, determina:

- A) por sorteio em ato público, em que são convocados todos os licitantes.
- B) os produzidos ou prestados por empresas estrangeiras, mas de capital brasileiro.
- C) o que apresentar melhor preço, na técnica de leilão invertido.
- D) os produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.
- E) por meio de sorteio em ato público, em que são convidados alguns licitantes

Questão 39

No serviço público federal houve concurso público para o cargo de técnico administrativo. Pedro foi aprovado e tomou posse, entrou em exercício no prazo legal. Durante o estágio probatório, verificou-se que Pedro infringiu sistematicamente alguns fatores, o que foi apurado na avaliação final desse período. Considerando os fatores que regulam essa situação previstos na Lei nº 8.112/90, assim Pedro violou:

- A) Durante o estágio probatório, Pedro não poderá ser exonerado, apenas em razão da infringência do dever legal de assiduidade.
- B) Mesmo que Pedro fosse servidor estável da administração pública federal, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa produtividade.
- C) A indisciplina, a falta de iniciativa, a deficiência de produtividade e a ausência de responsabilidade são causas que podem levar Pedro à reprovação no estágio probatório.
- D) O período de avaliação conhecido como estágio probatório não pode afastar o funcionário, apenas após trinta e seis meses, senão por ordem judicial.
- E) Somente a indisciplina, a produtividade excessiva, a ausência de responsabilidade e o zelo pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório.

Questão 40

Agente é expressão que engloba todas as pessoas lotadas na administração, mas respondem por atos de improbidade os praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a Administração Pública. Quanto à aplicação da Lei 8.429/92, da improbidade administrativa,

- A) aplica-se apenas aos agentes públicos, que exercem, ainda que transitoriamente por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função, todos com remuneração pública.
- B) aplica-se também para a administração indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios. Também estão sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- C) são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta, exceto os concessionários e permissionários, pois são remunerado por tarifas e não pelo erário.
- D) os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos, enquanto os particulares em colaboração com o estado observam apenas o princípio da eficiência e da modicidade.
- E) a lei define de forma expressa que agente público, é todo aquele que exerce, ainda que ou sem remuneração função pública, independe de cargo. Também estão sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção pública, bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido, em qualquer valor no patrimônio, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial ao dobro da repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.